

A ADMINISTRAÇÃO DA COLÔNIA

A expedição de Martin Afonso de Souza não foi suficiente para colonizar as extensas terras portuguesas na América. Por isso, o rei d. João III adotou uma solução já conhecida: as capitanias hereditárias. Dividiu a colônia em quinze faixas de terras entregando-as a nobres empobrecidos que viviam na corte, os capitães-donatários, e atribuindo-lhes grandes poderes e privilégios: podiam doar sesmarias, fundar povoações, exercer a administração e a justiça, estavam isentos de pagar impostos e recebiam parte dos impostos pagos pelos colonos ao rei. Em contrapartida, não podiam vender, nem dividir as terras da capitania, as quais deviam defender, povoar e as tornar produtivas.

A posse da capitania era transmitida por herança, mas sua propriedade continuava sendo do rei. Aos donatários cabiam, portanto, as despesas e os riscos da colonização, enquanto os impostos e a exploração de monopólios ficavam para o rei.

A maioria das capitanias fracassou, por vários motivos: pouco investimento (por falta de recursos ou de interesse dos donatários), freqüentes ataques dos indígenas, grande distância entre as povoações e entre o Brasil e Portugal. Somente as capitanias de Pernambuco e de São Vicente deram certo. Seus donatários souberam resistir aos ataques indígenas e investiram muito dinheiro para dotar as capitanias de engenhos, bois, instrumentos agrícolas, soldados etc.

O rei de Portugal não desistiu das capitanias, mas resolveu melhorar o sistema. Para controlar os donatários e ajudá-los na colonização, d. João III nomeou, em 1548, um governador geral para o Brasil, que era um representante do rei na colônia, a quem os donatários e todos os colonos deviam obedecer. As leis que aplicava vinham prontas de Portugal. Suas atribuições eram: organizar a defesa da colônia, dominar e catequizar os indígenas, incentivar a produção agrícola, cobrar impostos, procurar metais preciosos, impedir o contrabando, exercer a administração e a justiça. A instalação do governo-geral significou a centralização administrativa da colônia.

O primeiro governador-geral, Tomé de Souza, fundou Salvador, a primeira cidade e capital do Brasil. Ali construiu a casa do governador, a casa da Câmara, a cadeia, a igreja matriz, a sede do primeiro bispado do Brasil e os armazéns da alfândega. Trouxe gado e instalou vários engenhos de cana-de-açúcar. Em sua comitiva vieram os primeiros jesuítas, entre eles Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.